



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

TAMIRES JUSTINO FREITAS

**BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E OS DIREITOS
DE APRENDIZAGENS E DESENVOLVIMENTO NA
EDUCAÇÃO INFANTIL: CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO
FÍSICA**

Londrina

2021



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

TAMIRES JUSTINO FREITAS

**BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E OS DIREITOS
DE APRENDIZAGENS E DESENVOLVIMENTO NA
EDUCAÇÃO INFANTIL: CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO
FÍSICA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Pós Graduação da
Universidade Estadual de Londrina, como
requisito parcial para a sua conclusão.

Orientadora: Profa. Dra. Gisele Franco de
Lima Santos

Londrina
2021

TAMIRES JUSTINO FREITAS

**BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E OS DIREITOS
DE APRENDIZAGENS E DESENVOLVIMENTO NA
EDUCAÇÃO INFANTIL: CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO
FÍSICA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Pós Graduação da
Universidade Estadual de Londrina, como
requisito parcial para a sua conclusão.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Gisele Franco de
Lima Santos
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Thiago Pelegrini
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Orlando Mendes Fogaça Junior
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, ___ de _____ de 2021.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus que com sua infinita criatividade e sabedoria me concedeu o suficiente para questionar a atual realidade e concluir este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho de conclusão de curso, contou com o auxílio da minha orientadora Gisele Franco de Lima Santos, que neste período pode me conceder uma bagagem relevante profissional, no qual a agradeço imensamente.

Agradeço também, à banca examinadora, que foi escolhida não só por possuírem conhecimentos agregados a este trabalho, mas por serem professoras que marcaram profundamente a minha formação inicial com suas perspectivas de ensino e preocupação com seus alunos.

E aos meus pais, que entenderam todos esses processos, me apoiando e incentivando. Não poderia deixar de citar a minha gata, que sempre esteve dormindo sobre os papéis e tentando atrapalhar o desenvolvimento deste trabalho, que, por vezes, foram necessários para a descontração.

EPÍGRAFE

Não existe saber mais ou saber menos: há saberes diferentes.

Paulo Freire

FREITAS, Tamires Justino. **BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E OS DIREITOS DE APRENDIZAGENS E DESENVOLVIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO FÍSICA.** 2021. 36 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso de Pós Graduação – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021.

RESUMO

O presente trabalho trata de uma discussão acerca dos direitos de aprendizagens propostos na Base Nacional Comum Curricular, com o objetivo de identificar as contribuições da Educação Física para a Educação Infantil no atendimento desses direitos. Para isso, foi utilizado a análise documental nos quatro subcapítulos do trabalho. Pode-se concluir que a Educação Física na Educação Infantil pode proporcionar variadas vivências para as crianças por meio do seu grande repertório de saberes (conteúdos) os quais possibilitam ao estudante o conhecimento de sua motricidade, bem como o autoconhecimento, expressão de emoções e sentimentos, atrelado com o trabalho conjunto entre a Pedagogia e a Educação Física, o planejamento adequado, propiciam e viabilizam a formação integral dos alunos. Os educadores inseridos nesta modalidade devem ser promotores e inspiradores da exploração e apropriação pelo estudante do conhecimento, fazendo com que se sinta única e capaz de desenvolver seu aprendizado de acordo com a sua individualidade.

Palavras-chave: Base Nacional Comum Curricular; Educação Física; Educação Infantil; Brincar; Direitos de Aprendizagem; Desenvolvimento Infantil.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
2 EDUCAÇÃO INFANTIL NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....	14
2.1 A Educação Infantil e suas características.....	14
2.2 Breve Trajetória Histórica da Educação Infantil no Brasil.....	15
2.3 A legislação educacional brasileira e a Educação Infantil.....	16
2.4 Base Nacional Comum Curricular e a Educação Infantil.....	17
3. O DIREITO DO BRINCAR COMO DIREITO FUNDAMENTAL NA INFÂNCIA.....	18
3.1 Importância do Brincar para o Desenvolvimento Infantil segunda a Base Nacional Comum Curricular.....	18
4 CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO FÍSICA, BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E OS DIREITOS DE APRENDIZAGENS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS	
4.1 Procedimentos Metodológicos	
4.2 Educação Física e a educação escolarizada	22
4.3 Educação Física e a Educação Básica.....	25
4.4 Educação Física e a Educação Infantil	26
4.5 Proposta de Organização/Sistematização dos Conhecimentos da Educação Física como Contribuição para a Educação Infantil da Base Nacional Comum Curricular.....	28
CONCLUSÃO.....	35
REFERÊNCIAS.....	37

INTRODUÇÃO

A necessidade de estudar a temática da Base Nacional Comum Curricular e os direitos de aprendizagens e desenvolvimento na educação infantil e como a Educação Física pode contribuir nesse quesito, surgiu após vários relatos afirmativos que a Educação Física (EF) é desnecessária na Educação Infantil (EI), por proporcionar apenas momentos de brincadeiras sem fins pedagógicos.

O movimento é indispensável na etapa da EI, visando que este deve ser utilizado como a base para todos os outros conteúdos, sendo a Educação Física a principal área de contribuição por possuir conteúdos específicos que fazem parte de seus objetos de ensino e de aprendizagem, capaz de propiciar o desenvolvimento e a ampliação de movimentos que permitem ao sujeito construir a sua motricidade.

O professor de EF nesta etapa cumpre um papel significativo no desenvolvimento dos sujeitos, tendo em vista a formação que traz consigo. Sendo assim, a aproximação e trabalho conjunto entre as Pedagogas e o Professor de EF contribuiriam diretamente na formação integral da criança conciliando o conhecimento ensinado e aprendido.

Segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC):

A interação durante o brincar caracteriza o cotidiano da infância, trazendo consigo muitas aprendizagens e potenciais para o desenvolvimento integral das crianças. Ao observar as interações e a brincadeira entre as crianças e delas com os adultos, é possível identificar, por exemplo, a expressão dos afetos, a mediação das frustrações, a resolução de conflitos e a regulação das emoções. (BRASIL, 2018, p.33)

Este trabalho ambicionou discutir e desmistificar as aulas de EF como apenas atividades sem fins pedagógicos e, ao mesmo tempo defendê-la como disciplina escolar que possui saberes distintos que contribui para o desenvolvimento das crianças.

Neste trabalho, partimos do seguinte problema: “Quais contribuições da EF para a EI no atendimento aos direitos de aprendizagens e desenvolvimento preconizados pela Base Nacional Comum Curricular?” Com o intuito de levar os professores a refletirem sobre a presença da EF na EI como área de conhecimento que contribui diretamente no desenvolvimento integral das crianças por meio do

ensino de seu conteúdo garantindo também o direito de aprendizagem brincar da Base Nacional Comum Curricular.

Tendo em vista a problematização e a justificativa para que este trabalho tenha uma razão, tivemos como objetivo geral identificar as contribuições da EF para a EI no atendimento aos direitos de aprendizagens e desenvolvimento preconizados pela Base Nacional Comum Curricular.

Tomamos como objetivos específicos caracterizar a etapa da educação infantil, relacionar o conceito de EI como o preconizado pela BNCC, apresentar a EF a partir da educação básica, caracterizar a EF para a EI e identificar os campos de experiências propostos pela BNCC para a EI que favoreçam a presença do ensino da EF.

Foi utilizada a análise documental, tendo a BNCC como fonte principal para a coleta de dados, a qual exige vários procedimentos para analisar e estudar um documento, ou vários, para encontrar os conceitos ou hipóteses elaboradas. Nela são propostas as mesmas fases da análise de conteúdo: seleção dos objetos de análise (documentos/textos/livros); pré-análise; análise do material selecionado; tratamento dos resultados, com inferência e interpretação. Exige criação de categorias para as análises (antes ou depois).

Compreende assim, a produção e a análise de um objeto a ser investigado, além de se aprofundar em teorias já existentes, que neste caso busca compreender como as aulas de EF podem garantir o direito de aprender e brincar na EI.

Diante dos objetivos apresentados, este trabalho foi organizado em um capítulo, com quatro subtópicos. No primeiro subtópico tratamos sobre a EI e suas características e a legislação educacional brasileira e a Educação Infantil.

Já no segundo subtópico apresentamos a BNCC e a Importância do Brincar para o Desenvolvimento Infantil e as perspectivas que tange todo esse processo.

Enquanto no terceiro abordamos a EF e a educação escolarizada na Educação básica e na Educação Infantil, incluindo seu histórico: conceito e saberes.

E no último subtópico possui uma proposta de organização e sistematização dos conhecimentos da EF como contribuição para a EI da BNCC.

2 EDUCAÇÃO INFANTIL NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Este trabalho se apresenta em quatro subtópicos com o intuito de abordar os direitos de aprendizagem e desenvolvimento propostos na BNCC atrelado com a EI, no qual apresenta as características, o histórico, a legislação da EI e da EF, bem como as perspectivas beneficiadas e os saberes proporcionados com a relação adequada, utilizando-se da análise documental.

2.1 A Educação Infantil e suas Características

A EI é a primeira etapa da educação básica, que atende crianças de zero a cinco anos de idade em seu primeiro contato com a escola, diferentemente da educação familiar.

Ao investigarmos os Referenciais, podemos constatar que a EI surge sobre duas êgides: O CUIDAR e o EDUCAR, tendo em vista que o cuidar contempla a higiene, o brincar e a alimentação. O educar consiste no desenvolvimento integral da criança por meio do ensino de conteúdos considerados importantes para a formações do sujeito e tais saberes podem ser ensinados se utilizando de atividades de caráter lúdico.

O objetivo da EI é levar a criança a conhecer o próprio corpo, ampliar suas relações sociais com pessoas de diferentes idades, desenvolverem diversas formas de comunicação, sendo elas verbais ou não e mais do que isso, estimular as diferentes áreas de desenvolvimento, que conseqüentemente irá ativar a curiosidade, as descobertas, a imaginação, a experimentação das mesmas e o prazer em estar no ambiente escolar. Segundo Piaget (1985), educar é adaptar o indivíduo ao meio social ambiente, diferentemente do que se afirma acima.

Ao considerarmos essa etapa da educação como uma das mais importantes na vida da criança, é importante salientar que este meio pode oportunizar às crianças seu protagonismo fora do seio familiar, com a possibilidade de desenvolver sua autonomia, personalidade, criticidade e criação de laços de confiança, além de se considerar a base para as demais etapas da educação formal.

No Brasil a EI é um direito da criança, sendo o Estado obrigado a disponibilizar profissionais e espaços adequados para atendê-las adequadamente, sendo obrigatória a permanência de crianças de quatro e cinco anos nesta modalidade é facultativo às crianças de zero a três anos.

Nesse sentido, essa primeira etapa da educação formal, atualmente assume o caráter de valorizar os conhecimentos já adquiridos das crianças e possibilitar novos conhecimentos, porém, ainda cumpre o papel de assistencialista por atrelar a educação desses pequenos aos cuidados que estes necessitam.

A EI caminha paralelamente entre a falta de conhecimento da sua real função pela sociedade, no qual associa a mesma a um depósito de crianças enquanto seus pais trabalham e a sua importância e relevância para o sucesso das mesmas nos próximos níveis de ensino, mas felizmente suas contribuições têm se tornado reconhecidas, sendo alguma delas a aquisição da autoconfiança e tomada de decisões, a convivência com várias pessoas que possibilita o conhecimento e reconhecimento das diversas culturas, além de ampliar o respeito às diferenças não só por pessoas, mas por espaços, produções artísticas, materiais e experiências oportunizam a exploração de sons, movimentos, emoções, gestos, cores, palavras, histórias e estórias, entre outros benefícios.

2.2 Breve Trajetória Histórica da Educação Infantil no Brasil

A inquietação com a EI sempre ocupou espaço no ideário das sociedades antigas, já que a educação da criança era responsabilidade exclusiva da família, pois era no convívio familiar que as regras e culturas tradicionais eram aprendidas. Com a Revolução Industrial no século XVIII, as crianças tinham que trabalhar junto com seus pais nas fábricas, pois não havia lugares e pessoas para ficarem com elas enquanto seus pais trabalhavam. A partir disso, os Sindicatos começaram a reivindicar um espaço adequado onde suas crianças pudessem ficar no horário de trabalho de suas mães. Então surgiu no ano de 1824 um espaço semelhante a um depósito de crianças, chamado de “salas de asilos”, no qual elas passavam a maior parte do tempo, porém não possuía caráter pedagógico, além de não oferecer condições básicas de higiene. Basicamente supriam as necessidades imediatas das crianças que ali estavam, para que os rendimentos nas empresas aumentassem, tendo em vista que era um sistema recém-implantado no país, que visava um maior rendimento em um tempo mínimo. Assim, ao deixarem suas crianças em outro espaço sob a responsabilidade de outras pessoas, a produção crescia. (MEDEIROS; RODRIGUES, 2014)

No século XIX (1840), surgiu o primeiro Jardim de Infância, criado na cidade de Blankenburgo, na Alemanha por Friedrich Froebel. Ele acreditava que a criança era

similar a uma planta, mas sua principal preocupação nessa instituição que possuía um caráter essencialmente pedagógico era de transformar a estrutura familiar, fazendo com que as famílias cuidassem melhor de seus filhos, já que este tipo de escola não se baseava apenas em educar e cuidar de crianças. (LIMA, 2013)

Ainda no século XIX, no Brasil, Gabriel Prestes, diretor então da “Escola Normal da Praça” e que posteriormente passou o cargo para “Caetano de Campos”, já idealizou a instalação do primeiro jardim de infância baseado na perspectiva de Froebel, que entregou essa nova corrente teórica nas mãos da Professora Rosinha Nogueira Soares, que havia estudado esse tipo de Educação na Europa.

No Brasil, a creche, assim denominada, cumpria o papel de auxiliar as mães enquanto trabalhavam, visando que estas não abandonassem seus filhos nas Casas de Misericórdia, as quais acolhiam as crianças abandonadas por seus pais. Segundo Kuhlmann (1998, p.78):

A creche, para as crianças de 0 a 3 anos, foi vista como muito mais do que um aperfeiçoamento das Casas dos Expostos, que recebiam as crianças abandonadas; pelo contrário, foi apresentada em substituição ou oposição a estas, para que as mães não abandonassem suas crianças.

Após todo esse percurso histórico, surgiram documentos para garantir o bem estar da criança, assim como a garantia de sua estadia no ambiente escolar e os conteúdos essenciais de acordo com a sua faixa etária.

2.3 A legislação educacional brasileira e a Educação Infantil

Nas últimas décadas, podem-se observar mudanças drásticas no que tange o campo socioeconômico, a cultura, a política, a ciência e a tecnologia principalmente. Diversos movimentos sociais surgiram para consolidar diversas teorias e leis que hoje se tornaram direitos dos cidadãos.

Diante toda essa mudança na sociedade em si, valores e princípios também se adequaram em cada fase, e junto dela a perspectiva de educação que se transformou, viabilizando alguns documentos que asseguravam o papel da mesma na sociedade brasileira.

No Brasil, em meados do século XIX, a creche, assim denominada, cumpria o papel de auxiliar as mães enquanto trabalhavam, visando que estas não abandonassem seus filhos nas Casas de Misericórdia, as quais acolhiam as crianças abandonadas por seus pais. Segundo Kuhlmann (1998, p.78):

A creche, para as crianças de 0 a 3 anos, foi vista como muito mais do que um aperfeiçoamento das Casas dos Expostos, que recebiam as crianças abandonadas; pelo contrário, foi apresentada em substituição ou oposição a estas, para que as mães não abandonassem suas crianças.

Segundo a Constituição Federal (BRASIL, 1988), em seu artigo 208, o inciso IV: “[...] O dever do Estado para com a educação será efetivado mediante a garantia de oferta de creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade” (BRASIL, 1988). Sendo assim, as creches que eram vinculadas à área de assistência social, passaram a ser de responsabilidade da educação, assim deveriam tomar como prioridade, o trabalho educacional.

A LDB 9394/96, em seu art. 29, considera que a EI, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996).

Na BNCC (BRASIL, 2017), a escola de EI é descrita como um ambiente no qual o cuidar e o educar são fundamentais para o desenvolvimento da criança, visto que seria impossível separar o cuidado da educação. Descrevem ainda que ao articular os conhecimentos familiares trazidos pela criança com as propostas pedagógicas, o universo de experiências, habilidades e conhecimentos dão um salto, diversifica e consolida a aquisição de novas aprendizagens, obtendo um papel de complemento à educação familiar. Esse complemento diz respeito à educação das crianças, pois nesta fase eles vivem a socialização, a autonomia e a comunicação como espaços de aprendizagem.

2.4 Base Nacional Comum Curricular e a Educação Infantil

Este documento surge com a proposta de orientar as equipes pedagógicas na elaboração dos currículos, não invalidando quaisquer referenciais, documentos ou leis anteriormente propostos.

Ao fazermos um paralelo entre a BNCC e as Diretrizes Curriculares Nacionais, é possível afirmar que ambas asseguram que o direito de aprendizagem brincar e interagir podem ser uma estratégia desse nível de educação, pois por meio destes, pode ser consolidada a aprendizagem. Levando em consideração que a BNCC é um

documento totalmente novo e as Diretrizes e um documento 1996, ou seja, possuem aproximadamente vinte e cinco anos de diferença, que na perspectiva matemática é pouco tempo de distanciamento, mas ao considerar a evolução tecnológica, social e histórica, muitas coisas já foram modificadas, outras inventadas e teorias criadas enquanto outras caíram por terra.

É importante destacar que a chegada da BNCC trouxe novos rumos para a Educação no Brasil, com o intuito de diminuir as desigualdades educacionais nas diferentes regiões do país, o que fez com que educadores e pensadores se debruçassem sobre a mesma a fim de compreendê-la, para então aplicá-la na Educação Básica e garantir a formação integral dos sujeitos e o desenvolvimento de competências e habilidades.

Em vários documentos que abordam sobre a EI, é possível encontrar a afirmação de que se trata de uma etapa importante no processo de desenvolvimento do sujeito no que tange a interação e a socialização com pessoas diferentes, dentre esses documentos, podemos citar a BNCC que afirma que:

A entrada na creche ou na pré-escola significa, na maioria das vezes, a primeira separação das crianças dos seus vínculos afetivos familiares para se incorporarem a uma situação de socialização estruturada. (BRASIL, 2017 p.36)

A BNCC é um documento normativo que na EI estabelece direitos de aprendizagem e os campos de experiência como forma de organizar o ensino, a fim de que os estudantes de todas as regiões brasileiras tenham assegurados a aprendizagem mínima de conhecimentos. Esse documento propõe a criança como protagonista do Processo Ensino e Aprendizagem, ou seja, ela é vista como direcionadora do processo educativo.

Os campos de experiência surgem para orientar e auxiliar o planejamento dos professores, que devem ser construídos de forma a englobar as necessidades e os interesses dos alunos, para que assim, eles tenham liberdade para se expressarem e aprenderem. São os conteúdos que precisam ser propostos pelo professor e asseguram o básico de conhecimento que a criança necessita para seu desenvolvimento, convivendo, participando, explorando, expressando e conhecendo-se.

3 O DIREITO DO BRINCAR COMO DIREITO FUNDAMENTAL NA INFÂNCIA

3.1 Importância do Brincar para o Desenvolvimento Infantil segunda a Base Nacional Comum Curricular

A concepção de brincar muitas vezes vem atrelada a nenhuma aprendizagem ou quase nenhuma, desvinculado ao desenvolvimento e relacionado totalmente ao fazer sem objetivo algum segundo o senso comum, por isso, foi elencado três perspectivas que o brincar pode ser analisado e como a BNCC contempla o mesmo em cada perspectiva, sendo elas: Perspectiva biológica, perspectivas psicológicas e perspectiva social.

O brincar transpassa a distração, passatempo, imitação ou a simples limitação de preceitos técnicos e motores, apresentando vivências significativas imprescindíveis ao desenvolvimento humano. E diante disso, faz-se necessário analisar a brincadeira nos âmbitos biológicos, psicológicos e social.

Separar a contribuição do brincar em biológico, social e psicológico em parágrafos, se torna necessário para a organização do conhecimento, mas é preciso salientar que a brincadeira não acontece pontualmente em uma perspectiva e na outra não, visto que a mesma age no indivíduo integralmente, logo, contribui de forma global no sujeito que brinca.

Segundo a Empresa Brasil de Comunicação (2015) a brincadeira é uma necessidade biológica que ajuda a moldar o cérebro e que, nos diversos contextos, fortalece as relações socioafetivas, explorando aspectos como autocontrole, cooperação e negociação.

Moreira, Eiras e Brockington (2018) afirmam que a brincadeira possui papel imprescindível no desenvolvimento humano, revelando-se até na fisiologia cerebral. Ao realizar experimentos com crianças que viveram em alguns orfanatos ou em países de situações de guerra e que não brincaram na infância, constataram que estas havia um menor volume cerebral, principalmente nas áreas ligadas ao processamentos das emoções e empatia, no qual a sua maioria apresentavam comportamentos agressivos e arredios.

Acrescentam ainda que a brincadeira propicia à criança a simulação de diversas situações, vividas ou não, o que permite a expressão de seus sentimentos e emoções, assim como seu autoconhecimento na resolução de conflitos criados por si mesmo e como seu corpo se comporta em determinadas situações, formando a sua personalidade e percebendo seus limites e potenciais. É necessário destacar o

desenvolvimento do raciocínio, da criatividade, da atenção e da imaginação por meio da brincadeira, na medida em que esta oportuniza novas linguagens para as crianças.

Para entendermos a contribuição do brincar para o psicológico da criança, iremos tomar como base quatro estudiosos que se debruçaram a respeito desse assunto. Sendo eles, Vygotsky (1988), Elkonin (1998), Leontiev (1987) e Piaget (1971) que utilizam a palavra jogo ao invés da expressão brincar devido à insuficiência de palavras francesas para a expressão da ação de brincar.

Vygotsky sugere que o brincar é colocar a imaginação em prática, que por mais que a brincadeira não apresente regras explícitas, há existência de regras, pois exige comportamentos para que ela aconteça. Por meio das brincadeiras as crianças podem expressar seus desejos, se comunicarem e levar ao desenvolvimento do pensamento abstrato.

Acrescenta ainda Vygotsky (1998), que a criança exerce papel ativo na construção de seu conhecimento, pois faz parte de um contexto sociocultural, em que as interações com os adultos têm o potencial de estimular a aprendizagem. Assim, pode-se atribuir a essencialidade da atividade com caráter údico no processo de ensino e aprendizagem, por possuir influência facilitadora no desenvolvimento da criança, utilizando o sentimento de prazer como fator que auxilia na aprendizagem da ação pela curiosidade que é estimulada, propicia a autoconfiança e o desenvolvimento da linguagem.

A atividade com caráter lúdico é decisiva no desenvolvimento das crianças porque as liberta de situações difíceis. No brincar, as coisas e as ações não são o que aparentam ser; e, em situações imaginárias, as crianças começam a agir independentemente do que vêem e a ser orientadas pelo significado da situação. (FRIEDMANN, 2012, p. 40)

Elkonin (1998) tratou de pesquisar o jogo simbólico, no qual afirma que os adultos possuem influência no brincar infantil, além de ser um “significado poderoso da penetração da criança na realidade”. Para este autor, a brincadeira e o jogo partem dos jogos de papéis e da imaginação e introduzem a regra implicitamente e posteriormente essas regras vêm à tona antes da situação imaginária.

O estudioso Leontiev (1988), diz que o brincar parte da contradição em que a criança experimenta agir como adultos, mas sem a dominância total das ações e as obrigações que a vida adulta exige. A brincadeira, por ser a principal atividade que a criança realiza, é responsável pelo desenvolvimento dos processos psicológicos.

Piaget (1978) afirmava que as atividades que possuíam um caráter lúdico eram a base obrigatória das atividades intelectuais na primeira infância, visto que não são apenas passatempos, mas contribuições que enriquecem o desenvolvimento intelectual das crianças. Ele afirma que,

O jogo e o brincar, portanto, sob as suas duas formas essenciais de exercício sensório-motor e de simbolismo, proporciona uma assimilação da real à atividade própria, fornecendo a esta seu alimento necessário e transformando o real em função das necessidades múltiplas do eu. Por isso, os métodos ativos de educação das crianças exigem todos que se forneça às crianças um material conveniente, a fim de que, jogando e brincando, elas cheguem a assimilar as realidades intelectuais que, sem isso, permanecem exteriores à inteligência infantil. (PIAGET 1976, p.160).

Para Piaget citado por Kishimoto (1996), o brincar não recebe uma conceituação precisa, é uma ação assimiladora, aparece como forma de expressão da conduta, cheia de características metafóricas como espontaneidade, prazer, iguais às do romantismo e da biologia. Ao inserir a brincadeira e o jogo dentro do conteúdo da inteligência e não na estrutura cognitiva, Piaget distingue a construção de estruturas mentais da aquisição dos conhecimentos.

A partir disto, o jogo e a brincadeira, fazem parte dos processos assimilativos, entendido que são condutas livres em que a criança se expressa de acordo com o prazer, no qual é possível por meio dos jogos e das brincadeiras, identificar o nível de desenvolvimento que ela se encontra.

Ao tratarmos da perspectiva social, é preciso destacar que as crianças nascem inseridas em uma determinada cultura que dita às crenças, os conhecimentos, valores, princípios, linguagens entre outros comportamentos. Conforme ocorrem as mudanças sociais, as crianças participam dessa recriação e ressignificação de brincadeiras e da própria cultura.

Partindo desta perspectiva é interessante frisar que os brinquedos e as brincadeiras são constituídos de valores que geralmente, tem relação com a cultura em que a criança está inserida. A partir disto, podemos afirmar ainda que as crianças como parte de uma sociedade, são vistas também como atores sociais que produzem cultura.

A maior parte dos brinquedos industrializados ou artesanais vem de cidadãos que de alguma forma projetam sua própria cultura ou herança cultural e disponibiliza as crianças que introduzem esse brinquedo em sua vida, logo em sua cultura, ampliando e transformando seu repertório cultural, herdando características multiculturais.

Assim como existe uma universalidade do brincar, temos as singularidades, não somente nos diversos grupos e contextos socioculturais, mas de uma criança para outra. Essas singularidades espelham a natureza particular de cada criança, sua herança genética, a influência de seu meio multicultural, a do universo arquetípico e globalizado. As singularidades definem cada ser humano em seu temperamento, sua individualidade, suas relações, sua essência. Os jeitos de expressar-se ludicamente e os repertórios com caráter lúdico de cada criança são os canais de comunicação que elas têm para apreender o mundo à sua volta, relacionar-se com os outros e com seu entorno (Friedmann, 2012).

A escola, principalmente a pública, é composta por alunos de diferentes culturas, e para sua organização, apresenta a sua cultura a fim de que não haja muitos conflitos e proporcione uma boa convivência aos seus constituintes. É preciso oportunizar espaços para que os estudantes apresentem, conheçam e experimentem aspectos de outras culturas, não só como ampliação do próprio acervo cultural, mas como estratégia de acabar com o preconceito existente.

Ao propiciar momentos em que as crianças demonstrem suas brincadeiras e convidá-las a criarem outras brincadeiras, há uma ressignificação da própria cultura desde a infância e abrangência da criatividade, por isso é fundamental oportunizar espaços de trocas entre os pares, estimulando sempre a convivência e a aprendizagem.

4 CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO FÍSICA, BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E OS DIREITOS DE APRENDIZAGENS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ANÁLISES E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS

4.1 Procedimentos Metodológicos

Para realizar essas análises e discussões foi utilizado uma pesquisa bibliográfica a cerca da história da Educação.

Segundo Marconi e Lakatos (2010), existem oito fases na pesquisa bibliográfica, nas quais a primeira fase consiste na escolha do tema, a segunda na elaboração do plano de trabalho, a terceira na identificação, a quarta na localização dos materiais a serem usados, a quinta na compilação, a sexta trata do fichamento, a sétima consiste na análise e interpretação e a última fase é a redação.

Utilizamos também estudos de autores que se debruçaram sobre esses assuntos. A partir disto, pode-se discutir os resultados no que tange a atualidade da Educação.

4.2 Educação Física e a educação escolarizada

Quando se trata de EF no ambiente escolar, é preciso destacar a trajetória da Educação aqui no Brasil, que muitas vezes foi utilizada para fazer distinção social.

Em seus primórdios, ela se iniciou com a chegada dos jesuítas, que tinham por objetivo “ensinar” os índios partindo do caráter religioso, porém com a expulsão dos mesmos em 1759, a educação começou a tomar outros rumos, levando em consideração que estava nascendo o capitalismo em outros países, a Reforma e o Iluminismo que influenciaram nessa nova proposta de educação, denominadas de “instrução popular”, que resumidamente objetivava a formação para a cidadania, mesmo que essa se consolida em um período escravocrata e que só visava os direitos a homens brancos e pertencentes à elite. Em razão dessa possibilidade de mudança cultural e da sociedade, a Educação passou a ser vista como uma estratégia de organização social e uma barreira que impede outros tipos de manifestações culturais e outros conhecimentos.

Com esses dois tipos de modelos educacionais surgidos e ainda muito discutidos, a elite contratava "mestres de escola", como eram chamados os professores, para ensinar em casa, no qual esses mestres ganhavam baixos salários e precisavam saber apenas ler, escrever e ter noções de cálculos.

Foram várias reformas a fim de estruturar a função social da educação, no qual os modelos de escolas brasileiras eram baseados nos países considerados desenvolvidos na época, no qual foram discutidos vários eixos da educação, como as disciplinas, materiais didáticos, organização dos conteúdos e dos alunos e as formações de professores.

É de grande valia destacar a reforma do ensino primário que aconteceu no final do séc. XIX proposta pelo Dr. Rui Barbosa, que também se ancorava nos modelos de outros países e que visava à educação integral dos indivíduos, que para ele era a educação intelectual, moral e física.

No que tange a EF, ela teve origem no final do séc. XVIII e início do séc. XIX na Europa e como seu próprio nome diz, visava educar o físico, ou seja, construir corpos fortes e moralmente educados, que teve influência médica e militar que

colaborou com exercícios sistematizados e ressignificados pela medicina. No Brasil, ela se iniciou no séc. XX, com o mesmo objetivo da Europa, no qual não era ministrada por professores e sim por "instrutores" que tiveram sua formação em escolas militares a fim de formar hábitos higiênicos capazes de contribuir para o crescimento econômico mundial, tendo em vista que estava no contexto da Revolução Industrial e era necessários construir corpos fortes e vigorosos para o mundo do trabalho.

Com a origem dos Sistemas Nacionais de Ensino, a EF, na época, denominada como Ginástica, ocupou o ambiente escolar como conteúdo obrigatório, mesmo não se ajustando adequadamente aos objetivos escolares e tendo papéis distintos para as mulheres e para os homens.

Vago (1995) afirma que a EF esteve mais vinculada à preparação para o mundo do trabalho do que para a preparação para o mundo da escola.

Na década de 60 e 70 com o governo militar, foi introduzido os esportes que objetivavam o controle social por possuir regras pré estabelecidas e mecanizam os movimentos motores, fazendo com que a EF escolar fosse pautada totalmente para a aptidão física. Já na década de 80, ocorreu uma discussão pedagógica, que levou a EF a resgatar o âmbito social que havia negado todo esse tempo, perdendo sua especificidade, transformando a relação entre professor, aluno e escola e englobando a psicomotricidade. Todo esse processo levou a EF a adentrar em um espaço teórico e metodológico.

Os currículos atuais dão enfoque à ciência, no qual a EF não conseguiu se consolidar totalmente, por isso tem sido excluída do ambiente escolar, não só por falta do reconhecimento de seu objeto de estudo, mas também da precariedade do embasamento teórico na prática destes profissionais.

É fato que a mídia e a sociedade expõe a todo o momento os benefícios de um estilo de vida saudável, a busca por um padrão de corpo e a construção de espaços que promovem a prática de exercícios físicos fazendo surgir à valorização da EF, levando em consideração que a mesma auxilia na formação desses hábitos através de seus conteúdos estruturantes, de experiências positivas e adequadas, não só na infância, mas na adolescência também, a fim de que os indivíduos continuem essas práticas na idade adulta e se mantendo ativos fisicamente.

Essa valorização instiga o estudo científico, porém em sua maioria, se restringe ao campo da saúde, enquanto a mesma está presente também nas áreas históricas,

psíquicas, sociais e filosóficas. O que gera questionamentos da sua funcionalidade pedagógica, não só por estudiosos, mas pelos próprios alunos, que enaltecem as atividades físicas que acontecem fora da escola, mas desprezam totalmente a EF escolar, que nunca deixou de cumprir seu papel, mesmo que razoavelmente devido aos seus profissionais.

Essa disciplina na escola apresenta saberes muito mais amplos, discussões mais pertinentes à atualidade, é capaz de integrar o aluno na cultura do movimento, proporcionar o conhecimento de si, bem como sua consciência e criticidade, para que possa viver em sociedade reconhecendo seu papel enquanto componente da mesma e acima de tudo de maneira saudável, o que muitas vezes não é oferecido nas atividades externas.

Segundo Betti (1992) “A integração que possibilitará o usufruto da cultura corporal de movimento há de ser plena – é afetiva, social, cognitiva e motora. Vale dizer, é a integração de sua personalidade”.

O professor atual deve oportunizar aos seus alunos variadas experiências para seu desenvolvimento, de modo que estes se sintam interessados e avancem enquanto sujeitos, mesmo que esse avanço não seja o pré-estabelecido, este profissional deve utilizar os conteúdos para desafiá-los em suas tomadas de decisões, estimulá-los ao pensamento coletivo visando o bem-estar de todos, exaltar os acertos e fazê-los refletir sobre os erros cometidos, proporcionar momentos em que os alunos possam se posicionar frente às suas crenças e argumentar sobre o conhecimento ensinado, a fim de que reconheçam a individualidade de cada sujeito.

Para promover modificações no cenário atual, é preciso conhecer a trajetória da EF, desde sua história como suas críticas, mesmo que a mudança aparenta ser trabalhosa, pois é necessário compreender que o futuro só será diferente se questionarmos, propomos e aplicarmos conhecimentos novos e adequados ao contexto atual.

4.3 Educação Física e a Educação Básica

O sistema educacional brasileiro é dividido em Educação Básica e Ensino Superior. A Educação Básica é estruturada por etapas e modalidades de ensino, no qual engloba a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB - 9.394/96).

A EI é o primeiro contato escolar da criança de zero a cinco anos de idade, considerada uma fase fundamental para o desenvolvimento integral, tendo em vista que essa modalidade utiliza em sua maioria, brincadeiras para ampliar os aspectos cognitivos, físicos, motores, psicológicos, culturais e sociais.

O Ensino Fundamental é a etapa de ensino que possui duração de 9 (nove) anos que capacita o estudante a compreender o ambiente social em que estão inseridos, além de prepará-lo para a aprendizagem da escrita, da leitura e cálculo. Essa modalidade de ensino é dividida em Ensino Fundamental - anos iniciais que é o período do 1º ao 5º ano e é o início do processo de alfabetização e o Ensino Fundamental - anos finais que compreende o 6º ao 9º ano, no qual aumenta o repertório de conhecimentos e conteúdos e são abordadas questões de independência e responsabilidade.

Enquanto o Ensino Médio possui três anos de duração, onde em sua maioria é o preparo para vestibulares e mercado de trabalho. Nessa fase também é tratado assuntos como autonomia intelectual, pensamentos críticos e reflexivos e o autoconhecimento.

De acordo com a LDB, artigo 22º, “a Educação Básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (BRASIL, 1996).

A Lei nº 9.394/96 dispõe sobre a Educação Básica no Art. 26. que:

Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

Ao tratarmos da EF enquanto componente curricular obrigatório da Educação Básica, é importante salientar que em alguns casos as aulas "práticas" se tornam facultativas nos casos abaixo:

§ 3º A EF, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno:

(Redação dada pela Lei nº 10.793, de 1º. 12.2003)

I – que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º. 12.2003)

II – maior de trinta anos de idade; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º. 12.2003)

III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da EF; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1.12.2003)

- IV – amparado pelo Decreto-Lei no 1.044, de 21 de outubro de 1969; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1.12.2003)
- V – (VETADO) (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1.12.2003)
- VI – que tenha prole. (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1.12.2003)

Sendo assim, ainda que se comprove a essencialidade das aulas de Educação Física para a formação do sujeito, se a constituição não rever a Lei estabelecida, sempre haverá brechas para que a mesma não seja efetivada na escola.

4.4 Educação Física e a Educação Infantil

A escola que atende a EI é um ambiente novo e estranho para a criança, pois é o primeiro contato da mesma com a educação escolarizada e em sua grande maioria, é a primeira separação dela com os seus pais. Sendo assim, é preciso que haja muito cuidado, carinho e compreensão dos profissionais que é comum que nessa fase aconteçam comportamentos descontrolados.

Segundo o Programa das Nações Unidas (PNUD), que entrevistou 542 escolas de todo o Brasil, menos da metade das escolas de EI possuem professores de EF apesar de estar garantida na Lei, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/1996 e 10.793/2003), responsabilizando pedagogas à ministração de aulas em que os conteúdos são pertinentes à área da EF. Porém, não há garantia que estas aulas estejam de fato ocorrendo, pois a maioria destes profissionais desconhece a necessidade da EF para as crianças e utilizam estes conhecimentos como complemento das demais, acabando por vezes estas aulas resumidas a um brincar descompromissado.

Vago (1999, p.41), argumenta que:

A presença da EF não está garantida, podendo mesmo ser excluída (desenraizada) das práticas escolares. Ora, em uma escola que se orienta pelas ideias de eficiência, eficácia, produtividade, utilidade, não há que se perder tempo com o ensino de práticas corporais da cultura, como os esportes, as danças, os jogos, a ginástica. Nada disso interessa quando se quer organizar uma escola na qual o conhecimento que importa transmitir aos alunos é aquele que se considera útil ao ingresso no mercado de trabalho. E, então, o conhecimento oferecido na EF não teria muito a contribuir, tornando-se assim descartável. Movimento oposto ao que ocorreu nos momentos iniciais de seu enraizamento escolar, na Europa e no Brasil, quando a EF foi representada como fundamental para a preparação da mão-de-obra para o trabalho (para a sua preparação, manutenção e recuperação física).

A EF como componente curricular desta modalidade, também é responsável por proporcionar o máximo de experiências, além de também acolher essas crianças recém-chegadas no ambiente escolar.

Por meio de seus conteúdos estruturantes, a EF possibilita também aos educandos a aprendizagem de normas e regras essenciais para a prática, que transpassa o ambiente escolar, pois ao discutirem e refletirem sobre as mesmas é possível que se entenda o funcionamento social na qual os sujeitos estão inseridos.

Gallahue (2005) é um grande estudioso da área de desenvolvimento humano, e ele enfatiza a relevância do desenvolvimento integral do indivíduo, compreendendo os aspectos motores, cognitivos e afetivo-social, nos quais há uma interdependência entre eles. Afirma também que no período dos dois aos sete anos, a fase de aquisição dos movimentos fundamentais, sendo eles: andar, correr, saltar, arremessar, receber, chutar, quicar, que posteriormente se tornam base para toda ação motora mais complexa, como a aprendizagem de uma luta, de um esporte e movimentos de dança e ginástica que são denominadas por ele como modalidades que exigem movimentos especializados.

A EF sempre foi e ainda é alvo de discussão sobre sua importância no contexto escolar, visto que a mesma propicia aos educandos a ampliação de aptidões e aquisições de habilidades e capacidades.

A experiência motora adequada reflete-se também na alfabetização e raciocínio lógico-matemático (FREIRE, 1997), entre outros, de forma que a orientação espacial, temporal, direcional e lateralidade constituem pressuposto básico para a leitura e a escrita (LE BOULCH, 1988; GALLAHUE, 2005). Todavia, a EF não deve se limitar como um componente curricular auxiliar da alfabetização, do raciocínio lógico ou de quaisquer outros saberes, tendo em vista que ela deve cumprir seu papel dentro do ambiente escolar como uma disciplina relevante e fundamental como qualquer outra, apesar de muitos profissionais possuírem a concepção que a mesma é responsável e capaz somente de desenvolver o aspecto físico do aluno.

4.5 Proposta de Organização/Sistematização dos Conhecimentos da Educação Física como Contribuição para a Educação Infantil da Base Nacional Comum Curricular

A EF enquanto campo científico e componente curricular deve transcender o ensino de esportes, ginástica, jogos, danças e lutas, pois ao considerar a Educação

Infantil, o leque de conhecimentos se amplia, visto que se trata da formação de personalidade de crianças e estas necessitam de variadas experiências para seu desenvolvimento.

O professor de EF da EI necessita ter domínio dos conhecimentos a ponto de ser capaz de atrelá-los ao contexto, às culturas de seus alunos e proporcionar uma relação cognitiva e socioafetiva entre os pares.

Segundo a BNCC, a EF utiliza as práticas corporais para abordar as diferentes expressões dos alunos, visto que essa é variada por contemplar aspectos culturais, o que torna a experiência social, estética, emocional e lúdica essencial para a Educação Básica.

Como área do conhecimento, está presente na área das linguagens, juntamente com a Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Artes, devendo permitir que a criança construa saberes sobre seus movimentos, visando o desenvolvimento da autonomia, característica essencial a ser desenvolvida na EI e utilizada durante toda a vida do indivíduo enquanto cidadão.

Existe uma diferença importante entre a EF e outras áreas de conhecimentos, pois não se limita aos princípios científicos que costumam orientar as práticas pedagógicas, mas transcende e proporciona uma gama mais ampla de experiências que envolvem cultura, lazer e saúde.

A EF proposta pela BNCC é dividida em seis unidades temáticas, que devem percorrer todo o Ensino Fundamental para proporcionar possibilidades de expressão cultural, tendo em vista que esse componente curricular não está descrito explicitamente na Educação Infantil, porém é perceptível a sua presença, além de ser passível a adaptação dessas seis unidades temáticas na Educação Infantil. Essas unidades ou também conhecidas como conteúdos estruturantes são: Jogos e brincadeiras, lutas, danças, ginástica e esportes.

A EI não se restringe apenas a esses conteúdos estruturantes, podendo ser observado nos campos de experiências que são amplos e complementares. Porém é possível elencar as contribuições desses conteúdos para o desenvolvimento das crianças levando em consideração os objetivos da BNCC para esta modalidade.

Os jogos na EI são comuns, tanto por serem obrigatórios enquanto conteúdos e por caracterizar as expressões culturais. Propicia aos educandos momentos de convivência além de ser capaz de possibilitar o prazer, a parceria e o cumprimento de regras, sendo esta última indispensável quando se trata de convivência, no qual a

espontaneidade como ocorre, leva os sujeitos a não associarem as regras como algo rígido e imposto, mas como indispensável para o pleno convívio entre os pares, sendo a convivência um direito de aprendizagem proposto pela BNCC.

Portanto, o jogo é parte essencial da aprendizagem e do desenvolvimento da criança, quando ela exerce todos os seus direitos como protagonista do seu desenvolvimento e estabelece uma conexão com os campos de experiência.

Uma escola que utiliza a BNCC é uma escola cujo processo de ensino e aprendizagem se baseia no princípio de permitir que as crianças participem da exploração do conhecimento como protagonistas e os educadores como promotores e inspiradores da exploração.

Essa escola trata a criança como uma pessoa única, que pode desenvolver seu próprio aprendizado e sempre encontrar a melhor forma de ampliar seu conhecimento, respeitando a heterogeneidade e a individualidade da comunidade escolar. Além disso, também se propõe a compartilhar a tomada de decisões entre crianças, gestores, educadores, funcionários e pais, e incluir toda a comunidade escolar no processo de decisão.

De acordo com os estudos de Ribeiro e Souza (2011) que dividem os jogos, denominados de jogos de enredo e de regras, afirmam que “os jogos educativos são aqueles que contribuem para a formação das crianças e geralmente são direcionados para a educação infantil”.

Os jogos de enredo, também são conhecidos como jogos imaginativos, que utilizam as fábulas por exemplo. Esse tipo de jogo é capaz de estimular o desenvolvimento cognitivo e afetivo-social da criança, pois vivenciam o comportamento do adulto. Quanto aos jogos de regras, a imaginação é limitada, pois possuem normas que norteiam o jogo, exigindo atenção para o seu desenvolvimento (RIBEIRO; SOUZA, 2011, p.15), pode-se tomar como exemplo o jogo de dominó.

Piaget (1978) trata os jogos infantis como um meio de interação, tanto interna como externa, chegando a afirmar que “tudo é jogo durante os primeiros meses de existência, à parte algumas exceções, apenas, como a nutrição ou certas emoções como medo e a cólera (PIAGET, 1978, p.119)”.

Este autor em suas obras apresentou como parte de seus estudos as fases de desenvolvimento das crianças com faixas etárias aproximadas, senso assim, do nascimento até cerca de dois anos, as crianças estão na fase sensório motora, no qual:

O que prevalece são os jogos de exercício que se constituem como exercícios adaptativos, nos quais a criança explora o mundo para conhecê-lo e para desenvolver seu próprio corpo e depois de ter aprendido ela começa a fazê-los por puro prazer. Esse período se caracteriza pelo desenvolvimento pelas ações, nele existe uma inteligência prática e um esforço de compreensão das situações por meio das percepções e do movimento. Quando ela refaz por prazer tem início às primeiras manifestações lúdicas, de forma que ele chega a dizer que “por outras palavras, um esquema jamais é por si mesmo lúdico, ou não-lúdico, e o seu caráter de jogo só provém do contexto ou do funcionamento atual. (1978, p.120)

Segundo Kishimoto (1994), o jogo é envolto pelo sonho, pela imaginação, pelo pensamento e pelo símbolo. Kishimoto vê a ação de jogar como parte da “metáfora” humana, ou algo que nos torna realmente humanos.

Para Kishimoto (1997, p.36):

O uso do brinquedo/jogo educativo com fins pedagógicos remete-nos para a relevância desse instrumento para situações de ensino-aprendizagem e de desenvolvimento infantil. Se considerarmos que a criança pré-escolar aprende de modo intuitivo adquire noções espontâneas, em processos interativos, envolvendo o ser humano inteiro com cognições, afetivas, corpo e interações sociais, o brinquedo desempenha um papel de grande relevância para desenvolvê-la.

O jogo como recurso didático mostra a essencialidade no ensino para as crianças devido sua promoção de aprendizagem de forma espontânea. Quando relacionado com a cultura, propicia ao aluno a construção e desenvolvimento da convivência das crianças, pois atrela sentidos e significados, regras e critérios, aspectos presentes na sociedade democrática.

O ensino dos esportes na EI não é muito comum por possuírem um extenso conjunto de regras formais e específicas que nem sempre acompanham o desenvolvimento das crianças.

O esporte ainda que não seja comum na modalidade de EI é importante para o desenvolvimento físico e motor, mas também para o desenvolvimento social das crianças, que através de suas regras e condições, as crianças compreendem diferentes formas de relacionar-se, trocam experiências, competem e ajudam uns aos outros.

Alguns autores afirmam que o exercício físico infantil pode prevenir muitas doenças futuras, como estresse, problemas respiratórios, cardíacos, posturais e outros problemas. Isso porque, a partir da prática esportiva, as crianças podem não só melhorar o desenvolvimento físico, mas também desenvolver a força óssea e

muscular. Outro aspecto benéfico é o desenvolvimento da coordenação motora, que tem contribuído para a escrita, pois permite uma relação mais efetiva com objetos e materiais.

É importante que pais e professores de EF se atentem aos tipos de esportes praticados pelas crianças, pois o esporte deve ser adequado para a idade e peso de cada criança. Para evitar qualquer tipo de sobrecarga ou deficiência de desenvolvimento, é importante analisar a condição física de cada criança antes de cada exercício na infância, a fim de encontrar o exercício que melhor se adapta às suas condições musculares, ósseas, respiratórias e cardíacas.

Outro aspecto importante é a diversidade de esportes existentes e por se tratarem de crianças, é importante explorar mais de um esporte, não só para se expor às diferentes regras e organizações das atividades esportivas, mas também para proteger o corpo de repetições que podem ser prejudiciais ao desenvolvimento. Para isso é essencial organizar o estudo de esportes de compensação, no qual ao mesmo tempo em que desenvolvem força, desenvolvem também a postura, por exemplo.

A aventura é um conteúdo novo da área da EF, no qual há a exploração de exercícios físicos em ambientes desafiadores, sendo eles a natureza ou a cidade, que inclui corrida, escalada, salto, deslizamento e quaisquer atividades que sejam consideradas desafiadoras.

Por ser uma proposta nova da BNCC no âmbito escolar e uma unidade de ensino iniciada a partir do primeiro ano do fundamental, é possível articulá-la na Educação Infantil, ainda que este documento visa nesta modalidade um ensino que desafiem as crianças, assim descrito:

[...] as condições para que as crianças aprendam em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambientes que as convidem a vivenciar desafios e a sentirem-se provocadas a resolvê-los, nas quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural. (BRASIL,2018, p.33)

Além de priorizar a brincadeira como objeto de aprendizagem essencial aos seus educandos, sendo assim, é possível relacionar a aventura aos jogos e brincadeiras e ampliar o equilíbrio e a força das crianças.

Nessa faixa etária, as crianças tendem a ter uma imaginação extensa, o que permite a elas o ensino dessas aventuras por meio de um cenário pré-existente. Um exemplo é a brincadeira da falsa baiana, que consiste em um deslocamento de um

lado para o outro utilizando duas cordas, uma para segurar e outra para caminhar. É uma brincadeira que exige equilíbrio, e, na EI é possível contar uma história, no qual eles sejam os protagonistas e necessitam se deslocar assim para concluírem a estória, entre outras aventuras desafiadoras em que é possível a exploração deste conteúdo desde que adequado a idade das crianças.

A ginástica explora as possibilidades de expressão corporal, interação social e compartilhamento do aprendizado por meio das práticas corporais, ampliando a condição física e a consciência corporal das crianças, além de melhorar a flexibilidade, elasticidade, resistência muscular, potência explosiva, força estática e força dinâmica.

É uma atividade física capaz de ajudar as crianças a se desenvolverem em todos os seus aspectos, além de servir de base para outros esportes e atividades, por proporcionar a ampliação da coordenação, autoconfiança, disciplina e organização e criatividade (SOUZA, 1997).

As danças são muito utilizadas nesta modalidade de ensino, principalmente em datas comemorativas, porém não deve se limitar a isso. Na EI é essencial que seja oportunizada plenamente, pois oportuniza o autoconhecimento, a expressão corporal de forma individual ou coletiva, com codificação específica que contribui diretamente para o desenvolvimento da memória, faz com que a criança perceba o espaço ao seu redor, o ritmo, a melodia da música, além disso, é possível relacionar e explorar as emoções durante a dança, conhecer diferentes culturas e histórias e desenvolver resistência e força.

O conteúdo de lutas, embora pertencente ao currículo e documentos recentes na Educação, ainda não ganhou espaço reservado a ele no ambiente escolar, por fatores estruturais, didáticos e até mesmo pela falta de conhecimento docente, mesmo sendo contribuinte da formação integral do indivíduo. Portanto, é importante lembrar que a luta não é apenas uma técnica sistemática, mas também um conjunto de valores culturais estabelecidos e reconstruídos ao longo do tempo, que devem ser vistos como uma ferramenta de aprendizagem e socialização escolar. Tomamos como exemplo de lutas que podem ser utilizadas na Educação Infantil, os cabos de guerra, braços de ferro, que visam o movimento de puxar e empurrar, a luta de sapos e de saci que são lutas representativas e etc.

É necessário que os professores de EF ensinem aos alunos a diferença entre lutar e brigar, independentemente da modalidade. A luta pode ser apresentada de

forma dinâmica, diferentemente dos treinamentos de alto rendimento e de academia. Desta forma, não podemos apenas copiá-lo e enfatizar suas características violentas, competitivas e individualistas. A escola é um local de expectativas educacionais, não é um local para se treinar o aluno, mas para ensiná-lo de forma significativa e prazerosa. (LOPES, 2014).

Além de todos os benefícios sociais, emocionais e cognitivos, a luta também traz muitos benefícios motores para os alunos, como o desenvolvimento da lateralidade, o controle da tensão muscular, a melhora do equilíbrio e da coordenação global, a melhora da noção espacial e consciência corporal.

Sendo assim, é notório como a articulação dos conteúdos estruturantes da EF, não só podem como são essenciais na EI proposta pela BNCC, além de seus inúmeros benefícios para o desenvolvimento das crianças. Este componente curricular além de englobar todos os direitos de aprendizagem previstos neste documento, têm seus conteúdos relacionados com todos os campos de experiência.

CONCLUSÃO

Pode-se concluir que a EI como modalidade obrigatória, tem por objetivo o desenvolvimento integral de seus alunos, alinhando o cuidar e o educar neste processo, tornando-se indispensável não só para construção dos movimentos e posturas básicas essenciais, mas também a ampliação das relações sociais, o desenvolvimento de diferentes formas de comunicação, curiosidade, descoberta, imaginação, experimentação e diversão no ambiente escolar.

Já a EF contribui para a formação do sujeito em todas as áreas, cognitivas, sociais, físicas e emocionais, além de permitir que os alunos aprendam normas e regras básicas de prática por meio de seus conteúdos estruturantes, que transcendem o ambiente escolar, pois ao discutir e refletir sobre esses conteúdos, eles podem compreender a si mesmos e as relações sociais mais amplas.

Após analisarmos a trajetória da EI e da EF, ainda que na BNCC este componente curricular não apareça explicitamente nesta modalidade de ensino, é possível afirmar que unidas contribuem de maneira significativa para a formação da criança, esse trabalho conjunto entre a Pedagogia e a EF nos Centros de Educação Infantil, quando bem articulados são capazes de aprimorar habilidades de raciocínio lógico, criatividade, expressão corporal, atenção, concentração e etc., aspectos importantes para aprendizagem.

A BNCC por se tratar de um documento normativo e já implantado nos Centros de Ensino do Brasil, com seus direitos de aprendizagem propostos na EI e com as análises feitas neste trabalho, é possível elucidar a capacidade que a EF tem de garantir que todos esses direitos sejam cumpridos, ainda que este e nenhum outro componente curricular não apareça com suas nomenclaturas no então denominado campo de experiência, é possível ver o “passeio” da EF por todos eles através dos seus conteúdos estruturantes.

O brincar como direito de aprendizagem proposto pela BNCC e estudado neste trabalho, foi analisado no âmbito biológico, psicológico e social, no qual se pode afirmar que transpassa a distração, passatempo, imitação ou a simples limitação de preceitos técnicos e motores, proporcionando vivências significativas imprescindíveis ao desenvolvimento humano. Na perspectiva biológica, brincar molda o cérebro, enquanto na psicológica leva ao pensamento abstrato e o social oportuniza a apresentação e experimentação do brincar de diferentes culturas.

A EF na EI pode proporcionar variadas vivências para as crianças por meio de seus conteúdos organizados e sistematizados para que a ação de ensino possa proporcionar uma aprendizagem significativa, além de oportunizar o uso do espaço com o corpo, bem como o autoconhecimento, expressão de emoções e sentimentos.

Sendo assim, o professor de EF, juntamente com um planejamento adequado, se faz necessário para o cumprimento do objetivo único e exclusivo da Educação, a formação integral do indivíduo e quando alinhado com os demais professores, numa troca de conhecimentos específicos, só traz benefícios para o desenvolvimento do aluno.

REFERÊNCIAS

BOTO, Carlota. A escola primária como tema do debate político às vésperas da República.

BRASIL, BNCC(BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf>. Acesso em: 15 out. 2020.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: < [www.planalto.gov.br/ccivil_03/constitui ...](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constitui...) Acesso em: 30 jul. 2018.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

FINARDI, Francisco, ULASOWICZ, Carla. ATIVIDADES DE AVENTURAS COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL. Disponível em: <http://www.gpef.fe.usp.br/semef2018/Relatos/francisco_carla.pdf>. Acesso em 06 junho 2021 (Relato de Experiência)

FRIEDMANN, Adriana. O brincar na educação infantil: observação, adequação e inclusão. 1 ed. São Paulo. Moderna. 2012.

GADOTTI, Moacir. Perspectivas atuais da educação. São Paulo em Perspectiva, [S.L.], v. 14, n. 2, p. 03-11, jun. 2000. FUNIFESP (SciELO). Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/spp/a/hbD5jkw8vp7MxKvfvLHsW9D/?lang=pt>>. Acesso em: 23 abr. 2021.

LACERDA, Patrícia Belchior de Oliveira. Ginástica e qualidade de vida na Educação Infantil. 2005. Edição nº2. Disponível em:<http://www.nepecc.faefi.ufu.br/arquivos/simp_2004/4.exerc_lazer_qualid/4.5_Gin_qualidade_vida.pdf>. Acesso em: 06 junho 2021.

MAGALHÃES, André Queiroz. A construção da disciplina EF ao longo da história no ambiente escolar. 2012. Disponível em:<<https://www.efdeportes.com/efd172/a-educacao-fisica-ao-longo-da-historia.htm>>. Acesso em: 16 maio 2021.

MAGALHÃES, Joana S. et al. Educação Física na Educação Infantil: Uma parceria necessária. Revista Mackenzie de EF e Esporte, Campinas, n. 4, p. 43-52, 3 jun. 2007. Disponível em: <https://www.mackenzie.br/fileadmin/OLD/47/Editora/REMEF/Remef_6.3/Artigo_04.pdf>. Acesso em: 18 maio 2021.

MOREIRA, Ana Paula; SEABRA, Wagner da Cruz; BROCKINGTON, Guilherme. Brincadeiras são fundamentais para o desenvolvimento da criança. 2018. Edição 248. Disponível em: <<https://revistaeducacao.com.br/author/varios-autores/>>. Acesso em: 4 maio 2021.

OLIVEIRA, Caroline. A importância das lutas na EF Escolar para formação integral dos alunos. Disponível em: <<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao-fisica/importancia-das-lutas>>. Acesso em: 06 junho 2021.

PASCHOAL, Jaqueline Delgado; MACHADO, Maria Cristina Gomes. A história da EI no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 9, n. 33, p. 78-95, out. 2012. ISSN 1676-2584. Disponível em: <=>. Acesso em: 30 jul. 2020.

SANTOS, Christian Rogério, MARTINS, Odécio Junior Batista. A importância dos jogos na Educação Infantil. Disponível em:

<<https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/pedagogia/a-importancia-dos-jogos-na-educacao-infantil.htm>>. Acesso em: 04 junho 2021.

FERRARI, Juliana Spinelli. Esporte Infantil. Disponível em:

<<https://brasilecola.uol.com.br/psicologia/esporte-infantil.htm>>. Acesso em: 06 junho 2021

SILVA, Gabriele. Como é formada a Educação Básica brasileira? 2019. Disponível em: <<https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/escolas/como-e-formada-a-educacao-basica-brasileira>>. Acesso em: 18 maio 2021.

VIDIGAL, Fundação Maria Cecília Souto. Por que brincar é tão importante. 2015. Disponível em: <<https://memoria.ebc.com.br/infantil/para-pais/2015/03/por-que-brincar-e-tao-importante>>. Acesso em: 4 maio 2021.

VIEIRA, Martha Bezerra. A importância da ginástica enquanto conteúdo

da EF escolar. 2013. Disponível em: <[https://www.efdeportes.com/efd180/a-importancia-da-ginastica.htm#:~:text=A%20gin%C3%A1stica%20%C3%A9%20uma%20atividade,%2C%20disciplina%2C%20organiza%C3%A7%C3%A3o%20e%20criatividade](https://www.efdeportes.com/efd180/a-importancia-da-ginastica.htm#:~:text=A%20gin%C3%A1stica%20%C3%A9%20uma%20atividade,%2C%20disciplina%2C%20organiza%C3%A7%C3%A3o%20e%20criatividade.)>. Acesso em: 06 junho 2021.

VIGOTSKI, L. S. – A formação Social da Mente, 6º ed. São Paulo: Martins fontes, 1998.